

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9225 | Salvador, de 12.12.2025 a 14.12.2025

Presidente em exercício Elder Perez



ULTRALIBERALISMO

Concentração de renda e pobreza



O Relatório Mundial sobre Desigualdade 2026 confirma o imenso mal que o projeto ultroliberal tem causado aos seres humanos e à civilidade. A

concentração de renda aumentou muito nos últimos 30 anos. Hoje, os 10% mais ricos detêm 75% de toda a riqueza global.

Página 3



ACT é proteção

Única forma de conter o déficit crescente é o fim do teto de 6,5%

CAMILLY OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O DÉFICIT projetado do Saúde Caixa confirma o alerta que a categoria levantou nos últimos meses. Os dados analisados pelo GT (Grupo de Trabalho) mostram um plano pressionado por despesas que sobem desproporcionalmente e receitas que avançam pouco. O descompasso evidencia a urgência de reparos estruturais e, ao mesmo tempo, destaca a precisão política da decisão coletiva que aprovou o novo ACT (Acordo Coletivo de Trabalho).

O GT reafirmou que o ACT impede a transferência do déficit para os empregados. Também garante reajuste zero, preserva limites de coparticipação

e estabelece mecanismos de acompanhamento que reduzem brechas e opacidade na gestão. Ao mesmo tempo, escancara a origem do problema.

Internações, terapias complexas e atendimentos emergenciais registram alta expressiva, enquanto a arrecadação segue o ritmo limitado da folha. Por isto, o custeio 70/30 só se concretiza com o fim do teto de 6,5%, responsável pelo crescente déficit no Saúde Caixa.

A assinatura do ACT aguarda definição, mas a aplicação já está prevista para janeiro de 2026. Em fevereiro, as negociações retomam dois temas decisivos: o fim do teto estatutário e a equiparação de direitos pós-aposentadoria para quem ingressou após 2018. Os eixos definem o alcance real da recuperação financeira do Sáude. G1

Saúde Caixa.
O GT monitora gastos, co-
bra transparência e pressiona



pela ampliação da participação da empresa no custeio. A defesa do plano se transforma em estratégia de futuro; garantir es-

tabilidade, preservar direitos e impedir que desequilíbrios financeiros sejam usados como justificativa para retrocessos.

Nova escalada na Justiça trabalhista

O BRASIL acompanha uma nova escalada de processos na Justiça do Trabalho, que expõe as fragilidades profundas deixadas pela reforma trabalhista, aprovada pelo governo Temer em 2017. Depois de impor barreiras para que o empregado buscassem judicialmente os direitos, a lei provocou queda no número de processos, mascarando conflitos reais do mundo do trabalho. De um tempo para cá, a tendência mudou.

Entre 2022 e 2025, a curva voltou a subir. Mudanças econômicas, rotatividade elevada e a precarização estrutural aprofundada pela reforma criaram um ambiente em que o descumprimento dos direitos ficou mais recorrente.

Com a flexibilização da Justiça gratuita pelo STF (Supremo

Tribunal Federal) e o TST (Tribunal Superior do Trabalho), muitos trabalhadores, antes temerosos pelo custo do acesso ao Judiciário, puderam voltar a denunciar irregularidades.

De acordo com o TST e o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em 2022 as novas ações trabalhistas somaram 1,65 milhão; núme-

ro que saltou para 1,9 milhão em 2023; já em 2024, ultrapassou os 2,1 milhões, o maior volume desde 2017. Para 2025, magistrados e especialistas projetam cerca de 2,3 milhões de casos.

O aumento escancara a lógica no modelo de trabalho capitalista, de redução de custos para alavancar o lucro.



Última sessão de cinema do ano no SBBA

A ÚLTIMA sessão de cinema dos aposentados bancários acontece no dia 18. O filme da vez, *Mãe e Muito Mais*, conta a história de três grandes amigas abandonadas justamente no Dia das Mães.

A exibição acontece no auditório 2 do Sindicato dos Bancários da Bahia, organizado pelo Departamento de AposentAção, que busca o engajamento dos aposentados da categoria e a vida ativa na terceira idade.



Abismo social escancarado

Desigualdade explode.
Os 10% mais ricos
detêm 75% da renda

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

UMA questão secular, que desestrutura, exclui e mata, a desigualdade de renda em todo o mundo atingiu o maior nível em três décadas. Os 10% mais ricos da população detêm hoje 75% de toda a riqueza global. Em direção oposta, a metade mais pobre fica com somente 2%.

A concentração é maior quando se olha para cima, no topo da pirâmide. Um grupo diminuto e seleto, que pertence a 0,001% mais ricos, formado por menos de 60 mil pessoas, têm três vezes mais riqueza do



Apenas 60 mil pessoas têm 3 vezes mais riqueza do que 2,8 bilhões de cidadãos no mundo

que 2,8 bilhões de pessoas. Esta quantidade de indivíduos abastados caberia dentro de um estádio de futebol.

Os dados estão presentes



renda global.

O sistema é estruturado para marginalizar e desassistar o pobre, enquanto as classes abastadas exploram e enriquecem. Os ricos colocam bem em prática aquela conhecida frase: “alguém tem de chorar para o outro sorrir”. Neste caso, as lágrimas têm destino certo, e não saem dos olhos dos endinheirados.

Segundo o relatório, nos últimos 30 anos, a riqueza cresceu em ritmo acelerado entre aqueles que já estavam no topo. A parcela da riqueza pessoal detida pelo 0,001% mais rico subiu de 3,8% em 1995 para 6,1% em 2025.

Já a fatia dos 50% mais pobres teve um leve avanço no fim dos anos 1990, mas está estagnada desde o início dos anos 2000, cerca de 2%.

Trabalhadores pagam mais impostos do que bilionários

NOVO levantamento internacional escancara uma realidade já denunciada há anos pelos movimentos sociais: os super-ricos pagam proporcionalmente muito menos impostos do que o restante da população, e o Brasil aparece como o país com o quadro mais grave entre os analisados.

A terceira edição do Relatório Mundial sobre a Desigualdade 2026, elaborado pela rede World Inequality Lab sob a coordenação pelo economista francês Thomas Piketty, comparou dados de Brasil, França, Holanda, Espanha e Estados Unidos. O

resultado é estarrecedor: quanto mais rico o indivíduo, menor é sua carga tributária efetiva. No topo da pirâmide, a tributação chega perto de zero.

O estudo mostra que 99% da população pagam mais impostos conforme a renda cresce, enquanto os ultrarricos se beneficiam de brechas legais, isenções e mecanismos que reduzem drasticamente a contribuição real.

Trabalhadores e classe média chegam a comprometer entre 10% a 20% da renda, enquanto bilionários pagam proporcionalmente menos.

na terceira edição do Relatório Mundial sobre a Desigualdade 2026, elaborado por um grupo de pesquisadores da rede World Inequality Lab. O estudo leva em consideração a riqueza como o patrimônio líquido das pessoas.

Quando se observa apenas a renda e não somente o patrimônio, a concentração permanece. Os 10% mais ricos do mundo ficam com 53% da renda global. A metade mais pobre recebe somente 8%. Já os 40% do meio detêm 23% da riqueza e 38% da

Contra o desmonte do serviço público

O CONGRESSO Nacional, o mais reacionário e conservador da história, não cansa de atacar a população, o serviço público e os servidores. Contradictoriamente, quer enfraquecer o papel do Estado. A PEC 38/2025, que trata da reforma administrativa, é o mais novo golpe.

A sociedade não pode deixar que o controle do serviço público deixe de ser do Estado e passe para a iniciativa privada. Isso significaria ter de pagar por tudo. O povo já se mostrou contrário à proposta. A enquete pública sobre a PEC mostra que 96% discordam totalmente da matéria. Quanto mais gente



mostrando repúdio à reforma, mais pressão.

Além de abrir a porta para contratações precárias e perseguições políticas, já que atinge a estabilidade, a proposta, se aprovada, vai possibilitar que um governo futuro substitua servidores concursados por apadrinhados políticos.



Selic em alta, juros absurdos

Taxa básica em 15% favorece os ricos e penaliza os pobres

KATRIANE SANTOS
imprensa@bancariosbahia.org.br

O COPOM decidiu, mais uma vez, manter a Selic em 15% ao ano, juro que estrangula a economia real e aprofunda a desigualdade no país. A decisão reafirma a postura do Banco Central de preservar os interesses do sistema financeiro, mesmo diante dos alertas de movimentos sociais e do impacto direto deste modelo sobre a vida dos trabalhadores.

A taxa, que atingiu o maior patamar desde 2006, transforma o Brasil no campeão mundial de juros reais, enquanto a popula-

ção enfrenta dificuldades crescentes para consumir, produzir e viver com dignidade. A política adotada privilegia rentistas e fundos especulativos, deixando de lado quem move a economia com trabalho e renda.

Manter juros tão altos significa sufocar pequenos negócios, travar investimentos produtivos e impedir a recuperação do emprego. Significa, também, empurrar famílias para o endividamento e para a perda de poder de compra, enquanto bancos ampliam lucros históricos.

A justificativa de que esse juro elevado seria necessário para controlar a inflação já não encontra respaldo nos indicadores. Trata-se de uma escolha política: preservar a engrenagem financeira às custas do povo.



A direita em *on* e *off* no Congresso

A INTERNET é um dos ambientes de forte expansão da direita e da extrema direita no mundo. No Brasil, não é diferente. Na web, os extremistas dominam o engajamento. A atuação dos deputados se destaca muito mais no meio digital do que no próprio Congresso.

A informação é do *Panorama Mobile Time/Opinion Box*. Os parlamentares mais engajados no Instagram, frequentemente protagonistas na divulgação de *fake news*, são justamente os que não apresentaram projeto

de lei nos últimos três anos.

Os partidos mais promovidos online são PL, Novo e PSD. E entre os deputados mais engajados estão Julia Zanatta, Douglas Viegas, Guilherme Derrite, Mauricio Marcon, Bia Kicis, Delegado Palumbo, Felipe Becari, Mario Frias, Marcel van Hattem, Gustavo Gayer, Sar-

SAQUE |

Rogaciano Medeiros

BRINQUE NÃO A notícia de que ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) negociaram com parlamentares defensores do golpismo a aprovação do projeto da dosimetria, o qual reduz as penas dos golpistas - a de Bolsonaro cai à metade - é altamente preocupante. Sinaliza vulnerabilidade do Supremo, que vinha firme no cumprimento da Constituição, às pressões e chantagens das elites. De volta ao passado?

LIÇÕES RECENTES Se o STF negociar com a extrema direita a flexibilização da punição dos golpistas, mostrará não ter aprendido nada com lições recentes. Ao não impedir as delinquências da Lava Jato e permitir o *impeachment* de Dilma sem comprovado crime de responsabilidade, contribuiu decisivamente para a ascensão do fascinazismo e fortalecimento do golpismo. Vai vacilar de novo?

ENORME DECEPÇÃO Vergonhoso, decepcionante se realmente ministros do STF, ultimamente o porto seguro do Estado democrático de direito no Brasil, se misturarem com parlamentares que defendem e praticam descaradamente o golpismo, aprovaram a PEC da bandidagem, querem anistiar criminosos que atentaram contra a democracia e sempre apostaram na instabilidade institucional.

DEIXAR CLARO Vale repetir sempre para não deixar dúvida: a liminar de Gilmar Mendes não põe fim à exclusividade do Senado no *impeachment* de ministro do STF. Apenas só autoriza a PGR protocolar pedido e acaba com maioria simples dos presentes, o que possibilitava o afastamento de um membro do Supremo por apenas 21 votos favoráveis. Coloca-se, sim, a institucionalidade em risco.

LEGISLATIVO NEGADO As tristes imagens do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) retirado à força da mesa diretora pela Polícia Legislativa, a mando do presidente Hugo Motta (PR-PB), dão a exata dimensão de como a Câmara, dominada pela extrema direita, tem sido usada para proteger projetos criminosos, políticos que se põem acima da lei e sabotar a democracia social. É a negação do Legislativo.



gento Fahur, André Fernandes e Nikolas Ferreira. Todos eles,

inclusive, votaram a favor da redução das penas dos condenados pelo 8 de janeiro.

Os dados afirmam o que é refletido no cotidiano: o intuito principal da direita no Brasil é gerar conflitos sociais e, no Congresso, onde a atuação deveria ser pertinente, a ausência dos parlamentares evidencia que não há preocupação com o futuro do país.